



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 9/2022

Uberlândia, 17 de janeiro de 2022.

<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 40884863(SEI!)</b>			
<b>Processo SLA:</b> 6450/2021		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> Departamento Municipal de Agua e Esgoto (DMAE)		<b>CNPJ:</b> 25.769.548/0001-21	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Estação de tratamento de Esgoto - Marielza		<b>CNPJ:</b> 25.769.548/0001-21	
<b>MUNICÍPIO:</b> Uberlândia		<b>ZONA:</b> Rural	
<b>COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT:</b> 18° 53' 44.79" S <b>LONG:</b> 48° 9' 10.49" W			
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Não há incidência de critério locacional.</li></ul>			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
E-03-06-9	Estação de tratamento de esgoto sanitário	2	0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	
Eveline Aparecida Cintra Smanio (Engenheiro ambiental)		<b>ART:</b>	
CREA 254426/D MG		MG20210772843	



Documento assinado eletronicamente por **Erica Maria da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 17/01/2022, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 24/01/2022, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40884720** e o código CRC **EBADC2A6**.

Referência: Processo nº 1370.01.0002006/2022-37

SEI nº 40884720



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 40884863 (SEI!)**

O Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) formalizou no dia 21/12/2021, processo de regularização ambiental número 6450/2021 para obtenção da licença de operação da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário - ETE Marielza no município de Uberlândia/MG. O empreendimento possui Autorização Ambiental de Funcionamento válida até 25/01/2022.

Apesar de o empreendimento ter sido enquadrado, após preenchimento do Formulário de Caracterização do Empreendimento, como Classe 02, conforme Deliberação Normativa 217/2017, o que implicaria em Licenciamento Ambiental Simplificado – Cadastro, a própria DN, em seu artigo 19, proíbe o licenciamento por esse instrumento, sendo então o processo de regularização orientado via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento, que segundo informado no RAS está no estágio atual de operação de Estação de Tratamento de Esgoto, e com vazão média final prevista de 3,5 litros/segundo com objetivo de atender uma população de final de plano (ano 2035) de 1.919 habitantes.

O CAR está registrado sob o número MG-3170206-69EB.C616.2CA7.4F50.AA94.143E.7D5B.1B74. Conforme inciso I, parágrafo 2º, art. 25 da Lei Estadual 20.922/2013, os empreendimentos de tratamento de esgoto não estão sujeitos a constituição de reserva legal.

A ETE foi construída para atender o Distrito de Marielza no município de Uberlândia/MG que conforme informado possui 1.600 habitantes. A área total do terreno é de 2,13 hectares e a área construída é de 1,09 hectares. Trabalham no empreendimento apenas dois (02) funcionários.

Quanto às unidades componentes da ETE e o processo de tratamento do efluente sanitário, foram instalados:

- Tratamento preliminar: Desarenador, Gradeamento e 02 caixas de gordura;
- Tratamento primário: 01 reator UASB e 01 filtro biológico;
- Lançamento final: valas de infiltração;

Como principais impactos inerentes a atividade e devidamente mapeados no RAS têm-se: Resíduos sólidos removidos ou gerados no sistema de tratamento e a disposição e lançamento do efluente tratado. Os resíduos sólidos que são carregados juntos com o esgoto, removidos no tratamento primário (gradeamento), o material decantado nos desarenadores (areia), bem como o lodo seco são destinados a empresas especializadas.

Continua...



**Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 40884863 (SEI!)**

Como o empreendimento já está em operação, não houve supressão de vegetação para instalação do mesmo.

Como o tratamento final do efluente é o lançamento em valas de infiltração, para verificação das condições ambientais do lençol subterrâneo associado aos sistemas de tratamento de efluentes, deverá ser instalado poços de monitoramento localizados a montante (pelo menos um poço) e a jusante (pelo menos dois poços), conforme determina a NBR 13895 para a avaliação das condições físico-químicas e bacteriológicas.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento: “Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário - ETE Marielza”. No município de Uberlândia/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.**



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento

#### “Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário - ETE Marielza”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatório técnico e fotográfico (com ART) comprovando a perfuração e instalação de poços de monitoramento das águas subterrâneas considerando seu fluxo (pelo menos 01 à montante e 02 à jusante) e indicando as coordenadas de cada um dos poços.  <i>Obs: A ABNT NBR 13.895 deverá ser seguida para a construção dos poços e coleta das amostras de água subterrânea</i>	180 dias
02	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.  <i>Obs.: Ressalta-se que, após as instalações ainda necessárias ao funcionamento das atividades, fica o empreendedor na obrigatoriedade de cumprir com todas as condicionantes elencadas neste parecer (Anexo II).</i>	Durante a vigência da licença
02	Apresentar Manual de Operações da ETE.	180 dias
03	Apresentar Plano de Ação Emergencial - PAE da ETE (com ART) que preveja situações emergenciais inerentes à atividade, indicando detalhadamente os meios e as ações que deverão ser tomadas pelos colaboradores em cada caso.	180 dias

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário - ETE Marielza”

#### 1. Resíduos Sólidos

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

#### 2. Efluentes Líquidos

Locais de amostragem	Parâmetros	Frequências de Análise
Entrada e saída da ETE  (1) Parâmetros que deverão ser monitorados também na entrada da ETE (efluente bruto)	Os dispostos na Nota Técnica FEAM/DIMOG nº 002/2005 para - ETES classe 1 a 3 sendo:	
	Teste de toxicidade aguda	Anualmente
	Cloreto total, Fósforo total, Nitrato, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e graxas, Substâncias tensoativas,	Semestralmente
	Condutividade elétrica, DBO <sup>(1)</sup> , DQO <sup>(1)</sup> , <i>E. coli</i> , pH, Sólidos sedimentáveis <sup>(1)</sup> , vazão média mensal <sup>(1)</sup> .	Bimestralmente

**Relatórios:** Enviar anualmente a SUPRAM TM/AP os resultados das análises efetuadas durante o ano. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM nº 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer resultado em desconformidade com a legislação ambiental, o empreendedor deverá encaminhar ao órgão ambiental laudo técnico indicando a causa da não-conformidade e as ações adotadas para solução do problema.

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

#### 3. Águas Subterrâneas

Locais de amostragem	Parâmetros	Frequências de Análise
Poços de monitoramento localizados a montante (pelo menos 01 poço) e a jusante (pelo menos 02 poços) da ETE.	Os dispostos na Nota Técnica FEAM/DIMOG nº 002/2005 para - ETES classe 1 a 3 sendo:	
	Condutividade elétrica, cloreto total, <i>E. coli</i> , nitrato, nitrogênio amoniacal total, nível de água, pH.	Anualmente



### IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017.
- A execução do Programa de Automonitoramento deverá observar o disposto na Deliberação Normativa COPAM n.º 165/2011, que estabelece critérios e medidas a serem adotadas com relação a este programa. Ainda, conforme a referida Deliberação, os laudos de análise e relatórios de ensaios que fundamentam o Automonitoramento deverão ser mantidos em arquivo no empreendimento ou atividade em cópias impressas, subscritas pelo responsável técnico legalmente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, os quais deverão ficar à disposição dos órgãos ambientais.
- As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a sucedê-las.

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*